

# Memórias falsas e suas implicações na Intervenção Social

Eduarda Pimentel\*  
Pedro Barbas de Albuquerque  
Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho

eduarda\_pimentel@clix.pt  
pedro.b.albuquerque@iep.uminho.pt

Palavras-chave: *memórias falsas, curva de posição serial, inibição de efeito de recência.*

## Resumo

As *memórias falsas* dizem respeito à recordação alterada de acontecimentos reais ou à recuperação de acontecimentos que nunca ocorreram. Apesar do estudo das memórias falsas ter sido iniciado em 1932 por Bartlett, só recentemente recebeu impulso e visibilidade pela comunidade científica, traduzidos na variedade de paradigmas experimentais que exploraram esta importante dimensão da memória humana. Esse interesse deveu-se, em parte, à recuperação e desenvolvimento, por Roediger e McDermott, em 1995, de um procedimento laboratorial utilizado por Deese (1959) com listas de palavras associadas a um item extra-lista. Actualmente, as memórias falsas constituem um importante tópico de investigação na área da memória humana que levanta importantes implicações ao nível psicossocial. O presente artigo visa reflectir sobre essas implicações, assinalar os factores que promovem a distorção mnésica e dar a conhecer alguns estudos realizados com base no paradigma Deese-Roediger-McDermott que tem sido amplamente explorado na investigação das ilusões de memória.

## 1. A memória numa perspectiva histórica

No Ocidente, o interesse sobre a cognição humana e, designadamente, a memória remonta à civilização grega com Platão e Aristóteles. À semelhança de outros processos mentais, a memória humana foi inicialmente objecto de análise da Filosofia a partir de métodos não experimentais, como a introspecção ou a análise lógica.

As dificuldades sentidas com a utilização desta metodologia e o sucesso alcançado pelo método experimental nas ciências exactas levaram à emergência de um enfoque científico sobre memória desde o séc. XIX.

Foi Ebbinghaus que, a partir de 1880, iniciou o estudo experimental da memória humana. Para tal, criou 2300 sílabas sem sentido (*e.g.*, BIK, REN) e, utilizando-se a si mesmo como sujeito das suas experiências, testou a sua memória medindo o número de repetições necessárias e o tempo que era despendido para memorizar cada lista de sílabas. Deste modo, descobriu que algumas memórias eram de curta duração e outras de longa duração (umas duram alguns minutos e outras perduram dias ou meses) e comprovou que a repetição favorecia a memorização por um período mais longo (Squire & Kandel, 2002).

O estudo da função mnésica recebeu um impulso significativo com o culminar da tradição “behaviorista”. Ao descentrar o estudo da aprendizagem animal, pôde-se assistir a uma evolução teórica e prática. Esse desenvolvimento atingiu ainda outras áreas de estudo da cognição humana, dado que alguns paradigmas da memória humana se mostraram igualmente úteis na explicação de outros aspectos do funcionamento cognitivo para além da memória (Anderson, 2000).

## 2. Estudo das memórias falsas

Inicialmente, o estudo da memória humana ignorou a análise das memórias falsas. A vivência quotidiana da função de retenção de informação e do esquecimento da mesma poderão explicar, em parte, a ênfase dada ao estudo das memórias verdadeiras. Outra razão, tal como assinalam Fernández e Díez (2001), prender-se-á com o escasso impacto fenomenológico que acompanha as memórias falsas. “Ao contrário do esquecimento, que normalmente é acompanhado por uma clara e frustrante

experiência pessoal de falta de informação relativamente a uma experiência vivida, a distorção não provoca alarme, pois é frequentemente acompanhada da sensação forte e sincera de que o que recordamos de um acontecimento pode ser incompleto, mas não inexacto ou completamente falso” (Fernández & Díez, 2001, pág. 161).

Apesar do estudo pioneiro sobre memórias falsas remontar a 1932, com Bartlett, a ausência de investigação sistemática neste domínio não representa, porém, uma negligência relativamente ao estudo do fenómeno de distorção. Efectivamente, a investigação sobre a distorção no âmbito da percepção humana é contemporânea do início do estudo experimental da memória na última parte do séc. XIX (Roediger & McDermott, 2000). Contrariamente ao que sucede com as memórias falsas, as ilusões perceptivas são um fenómeno conscientemente vivido quotidianamente, sendo assim mais fácil reconhecer a sua ocorrência.

Durante a década de 90 do século passado, a mediatização de casos verídicos que envolviam memórias falsas de episódios autobiográficos contribuiu de forma decisiva para que este se viesse a constituir como um dos tópicos centrais de estudo da memória humana.

Aos erros mnésicos mais comumente reconhecidos, as *omissões*, que dizem respeito ao esquecimento parcial ou completo de factos que ocorreram, somam-se as *distorções de memória*, *ilusões de memória* ou *memórias falsas* que, à semelhança das anteriores, podem ser parciais ou completas, ou seja, a recordação alterada de acontecimentos reais ou a recuperação de acontecimentos que nunca ocorreram, respectivamente (Roediger & McDermott, 2001). A constatação de evidências científicas que suportam a produção de memórias falsas nas mais diversas situações corresponde a uma viragem que se poderá estruturar em três níveis:

(1) *epistemológica*, corroborando a natureza eminentemente reconstrutiva da memória humana *versus* reprodutiva;

(2) *teórica*, representando uma mais valia para a investigação na área, assistindo-se hoje a importantes desenvolvimentos na explicação das distorções de memória e na sua relação com a produção de memórias verdadeiras, recorrendo para isso, a vários paradigmas ou modelos de investigação de memórias falsas;

(3) *prática*, impondo a necessidade de uma visão mais prudente e crítica sobre a veracidade e as estratégias utilizadas na recuperação de episódios traumáticos.

### 3. Factores facilitadores da produção de memórias falsas

Estão identificados vários factores que contribuem para a produção de memórias falsas: associação, interferência, imaginação, processo de recuperação e adivinhação, influência social e ainda diferenças individuais (Roediger & McDermott, 2000). De seguida, debruçar-nos-emos sobre as variáveis de associação, interferência e imaginação que têm vindo a ser por nós estudadas.

O efeito de associação está presente numa grande diversidade de situações e reporta-se à recordação de material não presente, dada a sua semelhança com o material previamente apresentado.

Uma consequência do efeito de associação é a recordação de acontecimentos implicados ou implícitos mas que não foram apresentados. Num estudo, Sulín e Dooling (1974) apresentaram a dois grupos de participantes a história de uma rapariga que tinha muitos problemas. Para o grupo de controlo ela chamava-se Carol Harris e para o grupo experimental chamava-se Hellen Keller. O grupo experimental identificou erradamente que a rapariga era cega, surda e muda, enquanto os sujeitos do grupo de controlo raramente cometeram esse erro de reconhecimento. Brewer (1977)

obteve resultados semelhantes ao pedir aos participantes do seu estudo que completassem frases que tinham sido ouvidas previamente e que os induziam a inferir algo que não constava explicitamente nas mesmas, nem era logicamente necessário. Por exemplo, a frase “O campeão de *karate* deu uma pancada no cepo de madeira” sugere implicitamente que o cepo tenha sido partido. Assim, quando os participantes foram confrontados com o início da frase “O campeão de *karate*” evocavam frequentemente “quebrou o cepo de madeira” em vez de “deu uma pancada no cepo de madeira” (in Roediger & McDermott, 2000).

O efeito de associação é claramente elicitado noutras situações experimentais, tais como no paradigma Deese-Roediger-McDermott (DRM). Este procedimento laboratorial desenhado por Deese, em 1959, e posteriormente desenvolvido por Roediger e McDermott (1995), consiste na apresentação de listas de palavras associadas, seguida de uma prova de evocação (por lista) e de uma prova final de reconhecimento. Tanto na evocação como no reconhecimento, é possível obter um efeito robusto de produção de memórias falsas, isto é, de evocação e reconhecimento do tema da lista ou item crítico (e.g., música) que não constava das listas (e.g., nota, som, piano...). Duas conclusões importantes da segunda fase do estudo de Roediger e McDermott (1995) são, por um lado, o facto das pessoas lembrarem os itens críticos sensivelmente na mesma proporção das palavras estudadas e, por outro lado, o facto de reconhecerem com um elevado grau de confiança ou acompanhadas de julgamentos de recordação (que implica a capacidade de re-experienciar mentalmente acontecimentos passados) em detrimento de julgamentos de familiaridade (referindo-se à mera certeza de que o acontecimento ocorreu, sendo impossível ao sujeito lembrar o episódio ou detalhes do mesmo). Outro aspecto igualmente importante é o facto da evocação prévia favorecer tanto as memórias verdadeiras como as memórias falsas.

O estudo de Roediger e McDermott (1995) comprova que as ilusões de memória podem ocorrer facilmente, não sendo

suficiente a memória viva de um acontecimento (experiência de recordação) para comprovar que este tenha ocorrido na realidade.

O efeito de interferência descreve a tendência para a alteração da memória em função da memorização prévia ou posterior de um dado acontecimento. A interferência resulta, assim, da força da competição da informação a aprender com outros materiais. Quanto maior a proximidade temporal e de conteúdo, maior a probabilidade de interferência (Crowder, 1976 in Roediger & McDermott, 2000). Num estudo clássico, Loftus e Palmer (1974) mostraram a influência da informação na memória de um acontecimento prévio. Na primeira parte do estudo, os participantes viram um filme de um acidente de automóvel e, posteriormente, responderam a algumas questões. O questionário continha uma pergunta capciosa relativamente à velocidade dos carros no momento da colisão. Os autores verificaram que quando a questão envolveu o verbo “esmagou”, a estimativa média da velocidade foi consideravelmente maior (40,5) do que nas situações em que a questão incluiu outros verbos que sugerem menor violência: “colidiu” (39,3), “chocou” (38,1), “bateu” (34,0) e “tocou” (31,8). Na segunda parte do estudo, os autores seguiram um procedimento semelhante. Os participantes viram o filme, descreveram a situação e preencheram o questionário. Para metade dos participantes, a questão relativa à velocidade do acidente envolvia o verbo “esmagar” e a outra metade o verbo “bater”. Uma semana mais tarde, foi-lhes solicitado que respondessem a outro questionário, do qual constava a seguinte questão “Viu algum vidro partido?” Apesar do acidente não ter provocado nenhum vidro partido, os participantes que ouviram a questão com o verbo “esmagar” responderam de forma afirmativa mais frequentemente do que o outro grupo. Este efeito de “desinformação” foi posteriormente replicado por Loftus e outros autores utilizando diferentes procedimentos laboratoriais. A imaginação tem sido outro factor identificado na produção de falsas memórias. Garry, Manning, Loftus e Sherman

(1996) demonstraram que a imaginação pormenorizada de acontecimentos que nunca ocorreram favorece memórias falsas. Os autores partiram da evidência empírica de que imaginar um acontecimento futuro favorece, nos sujeitos, a percepção subjectiva da probabilidade desse acontecimento ocorrer na realidade e testaram o mesmo efeito relativamente a acontecimentos da infância. No estudo, os participantes que imaginaram o acontecimento de infância (que não teve lugar) responderam com maior confiança que o acontecimento de facto ocorreu (34%) do que aqueles que não imaginaram a situação (25%). Sabe-se que o processo de recuperação pode contribuir para a produção de memórias falsas. Como se verificou no estudo de Loftus e Palmer (1974), o tipo de pergunta colocada no momento de recuperação influenciou a memória dos participantes relativamente à velocidade dos carros. Por outro lado, a recuperação de um acontecimento (independentemente da sua veracidade) favorece novamente a sua recuperação num momento posterior. Este efeito foi obtido por Roediger e McDermott (1995) na segunda fase do seu estudo, em que a prova de evocação favoreceu o falso reconhecimento dos itens críticos relativamente à situação em que não houve evocação prévia; além disso, registou-se uma maior proporção de respostas de recordação comparativamente às de familiaridade. A produção deste efeito com recurso a listas DRM tem sido confirmado por outros autores, concluindo-se que a recuperação repetida de informação prévia favorece tanto o armazenamento de memórias verdadeiras como de memórias falsas.

#### 4. Resultados de alguns estudos com base no paradigma experimental DRM

De seguida, deter-nos-emos sobre alguns resultados de investigação obtidos a partir do já descrito procedi-

mento DRM utilizando listas de palavras em português. Os estudos efectuados neste âmbito descrevem resultados idênticos aos obtidos por Roediger e McDermott (1995).

Stein e Pergher (2001) utilizaram o procedimento DRM com listas de palavras associadas traduzidas e adaptadas por vários juízos independentes para o Português falado no Brasil. Na segunda fase do estudo, uma semana após a administração do primeiro teste de reconhecimento, o índice de reconhecimento correcto de palavras apresentadas diminuiu, enquanto que o índice de reconhecimento falso se manteve. Relativamente às palavras apresentadas que foram ou não testadas (na primeira prova de reconhecimento), verificou-se um efeito de protecção de memórias verdadeiras contra o esquecimento, dado que o índice de reconhecimento das palavras testadas no teste de memória imediata foi superior ao índice de reconhecimento das palavras que constavam apenas do teste de memória retardada. Relativamente às memórias falsas, verificou-se um efeito análogo pois o índice de falsos reconhecimentos foi superior no caso das palavras testadas na primeira prova de reconhecimento. Estes resultados sublinham a estabilidade da persistência do fenómeno de ilusões de memória.

Rocha e Albuquerque (2003) debruçaram-se sobre uma dimensão das diferenças individuais na formação de ilusões de memória, designadamente o efeito dos défices cognitivos associados ao alcoolismo na evocação e reconhecimento de listas de associados criadas de raiz para o contexto português por Albuquerque (2001). Verificaram que não obstante o maior índice de evocação do grupo de controlo, sobretudo na zona intermédia e de recência, o grupo experimental composto por 30 alcoólicos (que tinham efectuado uma desintoxicação com a duração de duas semanas), evidenciaram a preservação dos efeitos de recência e de primazia.

As três zonas mencionadas compõem a curva de posição serial, que consiste numa função que ilustra a frequência

de palavras aprendidas em relação à posição que os itens ocupam nas listas. A primeira zona designa-se de efeito de primazia e corresponde aos itens evocados que ocupam as primeiras posições nas listas, a segunda, zona intermédia, reporta-se à evocação dos itens que ocupam uma posição central e a terceira, denominada de efeito de recência, diz respeito aos itens evocados que integram as últimas posições das listas. Estas zonas traduzem diferenças ao nível da evocação. A zona intermédia é mais sensível à deterioração do traço mnésico dos itens, enquanto que a zona de efeito de recência regista maior índice de evocação.

De acordo com Rocha e Albuquerque (2003), a preservação do efeito de recência no grupo experimental pode relacionar-se com os dados de investigação que confirmam que, em sujeitos com síndrome amnésica, a memória a curto prazo (à qual se atribui a formação do efeito de recência) parece intacta. A similitude dos resultados obtidos entre o grupo de controlo e o grupo experimental relativamente às listas com menor ou maior índice de evocação do item crítico mostra que a memória semântica dos participantes do grupo experimental mantém-se intacta, apesar da história de consumo de álcool continuado. Outro dado relevante do estudo de Rocha e Albuquerque (2003) refere-se ao facto do aumento de palavras evocadas estar relacionado com o aumento de outras intrusões para além dos itens críticos, no grupo experimental, concluindo-se que o alcoolismo exerce um impacto mais evidente ao nível das intrusões que não se referem aos itens críticos relativamente ao desempenho de sujeitos normais. Na óptica dos autores, duas razões estarão na base das diferenças observadas: por um lado, dificuldades acrescidas de monitorização da fonte nos sujeitos alcoólicos comparativamente aos normais, ou seja, incapacidade de discriminar informação auto-gerada e informação apresentada e, por outro lado, a redução da eficiência do lobo frontal (claramente afectada nalguns casos de

alcoolismo grave ou crónico) na resistência à sugestão criada pelo item crítico.

Albuquerque e Pimentel (2005) desenvolveram um estudo que pretendeu avaliar o impacto da inibição do efeito de recência em listas de associados, criadas de raiz por um procedimento de associações semânticas por Albuquerque (2001). A ausência de estudos que manipulassem a curva de posição serial na evocação e reconhecimento de listas DRM ditou o interesse pelo estudo. No estudo de Albuquerque e Pimentel (2005), o grupo experimental de inibição do efeito de recência foi sujeito a um intervalo de retenção de 16 segundos, no qual os participantes desempenharam uma tarefa distractiva que envolveu a subtracção mental de três unidades a números de três dígitos, ao passo que o grupo de controlo fez a evocação imediata após a apresentação de cada lista.

Tal como se pode observar na figura 1, verificou-se uma diminuição de evocação de palavras apresentadas que ocupavam as últimas posições nas listas respectivas. De acordo com os resultados obtidos a partir do teste *t de Student* para amostras independentes em função da posição serial das palavras, as diferenças observadas nos dois grupos são apenas significativas nas últimas duas posições da curva de posição serial, confirmando-se a inibição do efeito de recência pretendido.

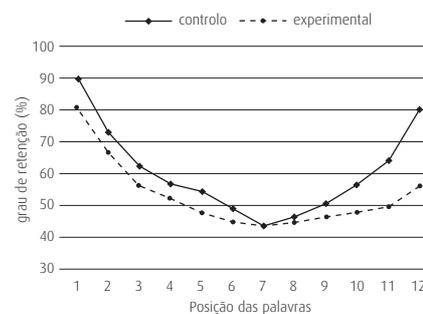


Figura 1: Curva de posição serial (suavizada) para os grupos de controlo e experimental

Para além disso, observou-se uma produção significativamente menos elevada de itens críticos no grupo de controlo (3,0) do que no grupo experimental (3,9), [ $t(58)=-1,83, p=0,04$ ]. Este resultado permite compreender melhor o fenómeno de produção de memórias falsas suscitado pelo efeito de associação, especificamente em listas DRM. Uma vez que estas listas são constituídas por palavras crescentemente associadas a um tema ou palavra-chave, a inibição da recuperação dos itens finais da lista favorece uma maior associação a esse tema central durante a prova de evocação, refletindo-se num maior índice de evocação de itens críticos. Outro dado relevante do estudo reporta-se à correlação positiva [ $0,37$  ( $gl=59, p<0,05$ )] observada entre a evocação prévia de itens críticos e o seu posterior reconhecimento, independentemente da condição experimental. Este dado reforça o papel primordial da repetição na formação de memórias falsas, explicado pela dificuldade dos participantes na monitorização da fonte da informação (Johnson, Hashtroudi & Lindsay, 1993).

A prova de reconhecimento era constituída por 16 palavras apresentadas, 8 itens críticos, 16 palavras não apresentadas associadas a um item crítico e 16 palavras não apresentadas e não associadas a qualquer item crítico. Esta prova apresentava duas versões (A e B) em que numa, o item crítico era antecedido por duas palavras associadas e não apresentadas e noutra, por quatro palavras não associadas e não apresentadas. A tarefa dos participantes consistia em identificar as palavras apresentadas anteriormente e as palavras novas, bem como assinalar o grau de certeza de cada resposta.

Dos resultados alcançados, podemos destacar que os itens críticos foram frequentemente identificados como palavras apresentadas (88%) e com certeza absoluta (77%). De resto, estes valores não se distinguem muito dos obtidos relativamente às palavras apresentadas (86% de êxitos, dos quais 78% com certeza absoluta). Estes valores corroboram o elevado grau de certeza atribuído

tanto às palavras apresentadas como aos itens críticos obtidos por Roediger e McDermott (1995). Os autores advertem que a recordação viva de um acontecimento não prova que ele de facto ocorreu. Além disso, este efeito robusto de produção de memórias falsas obtém-se a despeito das seguintes condições: (1) situação de aprendizagem intencional, (2) com pequenos intervalos de retenção, (3) utilizando um procedimento laboratorial altamente controlado, desfavorável à produção de erros e (4) com sujeitos considerados memorizadores qualificados (estudantes universitários).

## 5. Implicações na intervenção social

O fenómeno de produção de memórias falsas levanta importantes implicações para os profissionais de intervenção social em situações cuja recuperação de memórias seja crítica, como na de testemunho ocular de crimes. Tal como Roediger e McDermott (2000) assinalam, as testemunhas oculares não revelam menor probabilidade de formação de memórias falsas do que os sujeitos em estudos laboratoriais, para além da situação típica de julgamento conduzir frequentemente a distorções – geralmente ocorre após longos períodos de tempo relativamente ao episódio, apela à recapitulação repetida do evento e recorre à utilização de questões capciosas durante o interrogatório, entre outros aspectos. A memória dos eventos nestas circunstâncias está fortemente vulnerável aos efeitos de interferência e de desinformação referidos anteriormente. Além disso, segundo alguns autores (Ackil & Zaragoza, 1998; Poole & White, 1993), o testemunho de crianças é particularmente sensível à formação de distorções de memória. Ceci e Bruck (1993) destacam inclusivamente diferenças etárias em crianças quanto à vulnerabilidade de produção de memórias falsas, sendo as crianças em idade

pré-escolar as mais sugestionáveis comparativamente com as crianças em idade escolar, em especial quando confrontadas com questões tendenciosas.

Tendo em conta os conhecimentos actuais sobre memórias falsas, importa sensibilizar os profissionais de intervenção social para a ocorrência do fenómeno, os seus factores promotores, assim como as consequências para a pessoa em causa e todos aqueles envolvidos na recordação, evitando, desta forma, condições que possam favorecer relatos distorcidos, designadamente de crianças naturalmente mais vulneráveis. Ceci e Bruck (1993) salientam várias condições que favorecem a veracidade dos relatos das crianças mais pequenas: (1) questionar as crianças apenas uma vez, (2) o mais cedo possível após o acontecimento, (3) não influenciar o seu relato, utilizando questões não tendenciosas, abertas, mostrando calma e disponibilidade para ouvir a criança e (4) não utilizar qualquer tipo de recompensa. Poole e Lamb (1998), Wilson e Poole (2001) (in Powell, 2004) assinalam ainda a importância da criança relatar os acontecimentos nas suas próprias palavras e sem ser interrompida. Concluída a sua narrativa, se for pertinente, o examinador poderá situar a criança numa determinada fase da sua própria narrativa, levando-a a contar mais acerca desse episódio, mas sem que o entrevistador indique qual a informação específica visada (Powell, 2004).

Como se infere, a investigação nesta área reveste-se de particular importância não só para o desenvolvimento de modelos teóricos do funcionamento da memória humana, mas também no desenvolvimento de estratégias de entrevista e de intervenção psicoterapêuticas mais rigorosas. Só assim poderão ser acautelados alguns erros e riscos que têm sido cometidos, não só na situação de julgamento, mas também no âmbito de algumas práticas terapêuticas, tais como a recuperação/sugestão de memórias de infância, a hipnose, a imaginação guiada ou as sessões de recordação em grupo. Tendo em conta que

a memória viva de um acontecimento traumático que nunca ocorreu é a experiência fenomenológica mais próxima do próprio acontecimento, o sofrimento psicológico que acompanha estas situações não deverá ser menosprezado.

## Nota final:

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação da primeira autora, realizado no âmbito das provas de Mestrado em Ciências Cognitivas (Universidade Católica Portuguesa), sob a orientação do segundo autor.

## Referências Bibliográficas

- ACKIL, J. K. & ZARAGOZA, M. S. (1998). The memorial consequences of forced confabulation: Age differences in susceptibility to false memories. *Developmental Psychology*, 34, 1358-1372.
- ALBUQUERQUE, P. B. (2001). *Normas de associação semântica de palavras portuguesas para aplicar ao paradigma DRM*. Manuscrito não publicado. Braga: Universidade do Minho.
- ALBUQUERQUE, P. B. & PIMENTEL, E. (2005). Impacto da inibição do efeito de recência na produção de memórias falsas em listas de associados. *Psicologia, Educação e Cultura*, IX, 1, 71-90.
- ANDERSON, J. R. (2000). *Cognitive Psychology and its implications*. (5ª edição). New York: Worth Publishers.
- BARTLETT (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CECI, S. J. & BRUCK, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 11, 403-439.
- DEESE, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate recall. *Journal of Experimental Psychology*, 58, 17-22.
- ERDELYI, M. (1994). Hypnotic hypermnesia: The empty set of hypermnesia. *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis*, 42, 379-390.
- FERNÁNDEZ, A. & DÍEZ, E. (2001). Memoria y Distorsión. In Cabalo, A. S. & Beato, M. S. (2001). *Psicología de la Memoria: Ámbitos Aplicados*. (159-170). Madrid: Alianza.
- GARRY, M.; MANNING, C. G. & LOFTUS, E. (1996). Imagination inflation: Imagining a childhood event inflates confidence that it occurred. *Psychonomic Bulletin & Review*, 3, 208-214.
- JOHNSON, M. K., HASHTROUDI, S. & LINDSAY, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3-28.

- LOFTUS, E. & PALMER, C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 13, 585-589.
- POOLE, D. A. & WHITE, L. T. (1993). Two years later: Effects of question repetition and retention interval on the eyewitness testimony of children and adults. *Developmental Psychology*, 29, 844-853.
- POWEL, B. M. (2004, Julho). *Improving the reliability of child witness testimony in court: The importance of focusing on questioning techniques*. Artigo apresentado no seminário AIJA Child witnesses – Best practice for courts, District Court of New South Wales, Australia.
- ROCHA, A. M. & ALBUQUERQUE, P. B. (2003). Ilusões de memória em alcoólicos. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 8 (2), 269-288.
- ROEDIGER, H.L & MCDERMOTT, K. B. (2000). Distortions of Memory. In E. Tulving & F. I. M. Craick (Eds.). *The Oxford Handbook of Memory*. (149-162). Oxford: Oxford University Press.
- ROEDIGER, H. L., III & MCDERMOTT, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*. vol. 21, 4, 803-814.
- SQUIRE, L. R. & KANDEL, E. R. (2002). *Memória, da Mente às Moléculas*. Porto: Porto Editora.
- STEIN, L. M. & PERGHER, G. K. (2001). Criando falsas memórias em adultos por meio de palavras associadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (2), 353-366.